

# A colonialidade nas origens do pensamento racial brasileiro<sup>1</sup>

## *Coloniality in the origins of Brazilian racial thought*

**Luiz Fernandes de Oliveira\*<sup>1</sup>**  
**Mônica Regina Ferreira Lins\*\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave:** colonialidade; racismo; pensamento racial brasileiro.

**Resumo:** Nas diversas concepções sobre as relações raciais surgidas ao longo do século XX, percebe-se que há uma forte relação com as movimentações das elites brasileiras e dos movimentos sociais. Ao seu tempo, com suas próprias limitações históricas, algumas concepções se afirmaram e outras abriram uma alternativa de interpretação da realidade brasileira. Não há dúvida de que os trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg abriram uma ruptura epistemológica relevante para as atuais reflexões políticas e educacionais do século XXI. Esse texto pretende debater como a racialização, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, enquanto categorias de análise das relações raciais brasileiras, foram forjadas desde meados do século XIX, a partir do conceito de colonialidade. Ou seja, um conceito que nos mobiliza a pensar a partir de experiências subalternas, aquilo que as elites republicanas e sua intelectualidade tentaram impor, ou seja, um projeto de nação perpetrado por uma geopolítica do conhecimento. Colonialidade é entendida aqui como, um padrão de poder que surge como resultado do

---

1 Recebido em 23 de março de 2024; aceito para publicação em 06 de maio de 2024.

\*<sup>1</sup> Luiz Fernandes de Oliveira - Doutor em Educação pela PUC-Rio. Professor do Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC). E-mail: [axelui@gmail.com](mailto:axelui@gmail.com)

\*\*<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ), Professora Associada do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAP-UERJ e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino Básico PPGEB/CAP-UERJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas (GPMC). E-mail: [monicarlins@gmail.com](mailto:monicarlins@gmail.com)

colonialismo moderno europeu, porém, não se limita “a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça”. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131). A colonialidade sobrevive até hoje “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna”. (idem).

**Keywords:**  
coloniality; racism;  
Brazilian racial thought.

**Abstract:** *The various conceptions of race relations that emerged over the course of the 20<sup>th</sup> century are strongly related to the movements of Brazilian elites and social movements. At the same time, with their own historical limitations, some conceptions asserted themselves and others opened up an alternative way of interpreting Brazilian reality. There is no doubt that the work of Florestan Fernandes and Carlos Hasenbalg opened up an epistemological rupture that is relevant to current political and educational reflections in the 21st century. This text aims to discuss how racialization, the ideology of whitening and the myth of racial democracy, as categories of analysis of Brazilian race relations, have been forged since the mid-19th century, based on the concept of coloniality. In other words, a concept that mobilizes us to think from subaltern experiences, what the republican elites and their intelligentsia tried to impose, that is, a nation project perpetrated by a geopolitics of knowledge. Coloniality is understood here as a pattern of power that arose as a result of modern European colonialism, but it is not limited to “a formal relationship of power between peoples or nations; it refers to the way in which work, knowledge, authority and intersubjective relations are articulated with each other through the global capitalist market and the idea of race.” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131). Coloniality survives to this day “in learning manuals, in the criteria for academic work, in culture, in common sense, in the self-image of peoples, in the aspirations of subjects, and in so many other aspects of our modern experience”. (idem).*

## Introdução

O intelectual argentino Walter Mignolo (2003) afirma que o discurso da história do pensamento europeu é, de um lado, a História da modernidade europeia e, de outro, a História silenciada da colonialidade europeia, pois, enquanto a primeira é uma

História de autoafirmação e de celebração dos sucessos intelectuais e epistêmicos, a segunda é uma História de negações e de rejeição de outras formas de racionalidade e História.

Colonialidade significa um padrão de poder que surge como resultado do colonialismo moderno europeu, porém, não se limita “a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça”. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131). A colonialidade sobrevive até hoje “nos manuais de aprendizagem, nos critérios para os trabalhos acadêmicos, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna”. (ibidem, p. 131).

Na atualidade do século XXI, refletir sobre relações raciais no Brasil, do ponto de vista histórico e sociológico, é considerar o racismo como componente estrutural da sociedade brasileira forjada no processo da modernidade/colonialidade. Mas, essa perspectiva é muito recente, pois ao longo de décadas, a História da sociedade brasileira é marcada pelo racismo e pelo eurocentrismo desde a chegada dos portugueses em nossa terra. Primeiro, foram vários povos indígenas exterminados pelo branco europeu; depois, o tráfico de africanos escravizados, que representou um dos maiores extermínios humanos da História.<sup>2</sup>

O racismo ainda hoje se manifesta de forma aberta ou sutilmente elaborada. No Brasil, presenciamos diversas formas de racismo, preconceito e discriminação, majoritariamente contra negros. Elas se expressam nos índices estatísticos de escolaridade de jovens negros, que se apresentam inferiores aos dos brancos; no nível de renda, em que negros recebem os menores salários na mesma profissão em relação aos brancos; nos bairros pobres, menos assistidos pelo Estado e com maior concentração de populações negras. E essa perspectiva vem de longe. Para Quijano (1992), ao mesmo tempo em que se afirmava uma dominação colonial, forjava-se uma complexa concepção cultural, ao longo de séculos, denominada racionalidade e estabelecia-se um paradigma universal de conhecimento, onde existe uma humanidade racional (a Europa) e o resto do mundo.

O racismo do século XIX por exemplo, baseado na transmissão hereditária, no Darwinismo social, assenta sua força na justificação do olhar imperialista das grandes potências europeias. A expansão capitalista vem acompanhada das nascentes explicações antropológicas das diferenças fenotípicas, ou seja, o evolucionismo. O racismo científico

---

<sup>2</sup> A referência ao termo extermínio diz respeito ao quantitativo de africanos escravizados e mortos pelo tráfico colonial que, comparado ao holocausto de judeus e ciganos na Alemanha nazista e às diversas guerras continentais e regionais, desterritorializou e cumpriu um papel histórico genocida significativo na modernidade (LUZ, 1995).

ganha vida real nas teorias de Goubineau e Lombroso, pois cada “raça” deve ocupar seu lugar no mundo, no espaço permitido pela “raça branca” europeia.

No Brasil, uma matriz colonial que influenciou decisivamente no pensamento social brasileiro foi a de origem francesa. Tzvetan Todorov (1993) no livro “Nós e os outros - a reflexão francesa sobre a diversidade humana”, é esclarecedor neste sentido.

Todorov aborda a época da produção teórica do racismo e do racialismo pretensamente científico no contexto intelectual francês do início do século XVIII ao início do século XX. Destaca inicialmente que, a partir das grandes navegações europeias no século XV, aparecem as embrionárias elaborações eurocêntricas. Essas dão início à justificação ideológica do colonialismo nas Américas, na África e na Ásia.

Para Lilia Moritz Schwarcz (1993), em o “Espetáculo das Raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil”, essas concepções francesas foram fundamentais para pensar a nação brasileira e a questão racial no final do século XIX e início do XX. Ao destacar os cientistas, as instituições e a questão racial no Brasil, a autora tem como objetivo entender a relevância e as variações na utilização desse tipo de teoria no período que vai de 1870 a 1930. Schwarcz analisa o contexto no qual surgiram as primeiras instituições científicas no país, a partir do início do século XIX e em 1870. A conjugação de instituições e ideias teria provocado o aparecimento de quadros intelectuais ligados a instituições científicas que, de acordo com a autora, iniciaram um processo de distanciamento dos setores dominantes ligados ao mundo rural. Apesar do "cientificismo retórico" pautado em um "ideário cientificista difuso", os "homens de ciencia", munidos de modelos evolucionistas e darwinistas sociais, procuraram responder a questionamentos acerca da viabilidade de uma nação miscigenada como o Brasil, nascida e condenada ao atraso face aos postulados raciológicos estrangeiros.

Schwarcz analisa também os centros de produção de ideias e teorias, como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito e de medicina e sobre os quais apresenta uma breve História institucional, um detalhamento acerca de instituições específicas e, particularmente, no tocante aos intelectuais de maior peso, as suas produções científicas em periódicos a elas vinculados. O que Schwarcz realiza é a explicitação de que o argumento racial foi política e historicamente construído neste período e amplamente assumido entre juristas, médicos, historiadores etc., de forma quase consensual, para responder a uma questão permanentemente levantada: que país é este?

Ao partir do pressuposto de que a ideologia racial brasileira foi elaborada por uma elite intelectual, Skidmore (1974) estuda as obras dessa elite entre 1870 e 1930. Observa que, antes de 1888, pouca atenção havia sido dada ao problema das relações de raça como fenômeno social e suas consequências para o futuro da nação. Skidmore diz que ao entrar

em contato com as principais correntes intelectuais da época, viu-se envolvido em uma "análise minuciosa do pensamento racial" então corrente no país.

No final da escravatura, descreve o autor, parece que uma amnésia tomou conta do Brasil. Era preciso extirpar da História aquilo que era considerada uma pecha prejudicial à nova imagem do Brasil, então um país cada vez mais europeu devido ao crescente incentivo à migração branca em substituição à força de trabalho escravizado. O Brasil não podia ficar de fora da nova moda científica europeia. Textos de Darwin e Spencer eram popularizados, sobretudo na imprensa paulista, representante de uma cidade progressista, "científica e laboriosa"; as teses desses autores impregnavam nossa emergente literatura naturalista. Mas não se tratava apenas de importação equivocada e descontextualizada como pareceu para muitos estudiosos.

Sem possibilidade de deter a nova conjuntura econômica, e prevendo que teria que empregar a antiga mão-de-obra escrava, os fazendeiros, articulados com o Estado, resolveram investir na importação de trabalhadores estrangeiros para o campo. Naquele momento, setores intelectuais produziam estudos (Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana, entre outros) na tentativa de demonstrar uma suposta inferioridade do negro em relação aos brancos. Havia o temor de que a sociedade brasileira se tornasse mais negra do que já era. Por isso, europeus eram vistos como racialmente superiores, mais qualificados e capazes de "branquear" a sociedade brasileira.

Para Skidmore, o campo intelectual brasileiro do final do século XIX e início do XX, embora se inspirasse nas teorias racistas de então, não podia nem negar o alto grau de miscigenação do povo brasileiro nem pregar uma segregação institucionalizada como fizeram os EUA. O final do século XIX foi marcado pelas teorias raciais que surgiram na Europa e nos Estados Unidos, as quais defendiam a tese da superioridade da raça branca, esta traduzida muitas vezes como sendo os povos de países nórdicos.

O Brasil apresentava-se como um caso atípico de miscigenação racial. Por outro lado, a introdução dessas teorias raciais foi bastante conveniente para a mesma elite brasileira que demonstrava inquietação sobre o assunto. Primeiro porque a isentavam da responsabilidade pelo atraso social e econômico do país, ao culparem a miscigenação; e depois, por poderem incentivar a imigração europeia, sanando assim a suposta falta de mão-de-obra e contribuindo para o processo de "branqueamento" da população brasileira.

A proposta brasileira para a solução de seu problema racial foi o "branqueamento". Essa saída não só contestava a teoria da degenerescência, como também defendia a tese de que a miscigenação produzia uma população mestiça sadia que se tornava, a cada geração, mais branca. Em um esforço para acelerar o branqueamento, surge a proposta de

uma política imigratória. Foi incentivada, assim, a entrada de imigrantes europeus e restringida a de asiáticos e africanos.<sup>3</sup>

Skidmore parte do pressuposto de que a ideologia racial brasileira foi elaborada por uma elite intelectual. Segundo Zarur (1996), “a pedra de toque do pensamento brasileiro é a ideia da inevitável chegada de uma civilização nova, mestiça e original” (p. 151). A questão da raça era o foco das questões de identidade nacional entre as elites intelectuais e acadêmicas do início do século XX.

São vários os estudiosos brasileiros que corroboram a ideia de que a questão racial e o racismo europeu estavam no centro e na gênese do pensamento social e histórico brasileiro (CHAUÍ, 2000; SEYFERTH, 2005; CORRÊA, 1998; VAINER, 1990; AZEVEDO, 2004, PEREIRA, 2006 entre outros). Essas formulações corroboram com ideia de modernidade/colonialidade, isto é, no que tange as preocupações das elites brasileiras no final do século XIX e início do XX, estas se norteavam na perspectiva de ocidentalização da nação brasileira, de modo a invisibilizar Histórias e imaginários subalternos e impor um padrão europeu de conhecimento, poder, símbolos e racialização das relações sociais. Na acepção de Quijano (2005), podemos afirmar que neste processo inicial de construção do pensamento social brasileiro a intencionalidade hegemônica da modernidade europeia era de impor a naturalização do imaginário de sociedade europeia na república emergente, a tentativa de imposição de um imaginário social de branquitude e produzir um sentido de objetividade, cientificidade e universalidade à ideia de nação a partir dos conhecimentos europeus.

Entretanto, ocorreu uma radical mudança na produção do pensamento social brasileiro sobre as questões raciais com a publicação de “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, em 1933, que logo se transformaria em um dos clássicos maiores da nossa literatura. Freyre substituiu o conceito de “raça” pelo de “cultura”, na autoimagem do país. A linha mestra do pensamento social brasileiro até então não só é mantida como enfatizada. Com o abandono de “raça”, fica mais fácil “construir-se a nação dos mestiços” e “de qualquer modo, o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é

---

3 Vainer (1990), cita o Decreto nº. 528, de 28-06-1890, dois anos após a Abolição que autoriza a entrada de imigrantes “válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos a ação criminal de seu país” (p. 106), mas restringia a entrada de asiáticos e africanos. Foi dessa forma que o Estado tratou a questão racial, tentando subordinar em projetos de lei futuros a razão racial e eugênica visando interdições imigratórias não apenas de africanos, mas todos de cor preta, para obstaculizar a entrada de negros americanos e das Antilhas.

a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidade de permanência" (FREYRE, 1971, p. 95).

Freyre, a partir da década de 1930, estuda o desenvolvimento da temática de um novo mundo nos trópicos, construindo a visão de um Brasil como país quase livre de preconceito racial, servindo de espelho para o restante do mundo resolver seus problemas raciais.

Freyre encontra um novo mundo na experiência colonial brasileira, argumentando que os baixos níveis de preconceitos dos senhores escravocratas possibilitaram a miscigenação com escravas africanas. Essa miscigenação teria dissolvido qualquer vestígio de preconceito racial que os portugueses poderiam ter trazido e, ao mesmo tempo, produzido relações raciais brandas. Essa ideia de uma escravidão amena, suave e humana no Brasil é tão forte em Freyre, que, acerca deste novo mundo nos trópicos chega a afirmar que:

(...) à vista de todas essas evidências não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado, e a sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que, na Europa ocidental da primeira metade do século XIX, não tinham o nome de escravo (FREYRE, 1971, p. 68).

A contribuição de Freyre, segundo Munanga (1999), é ter demonstrado que negros e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura e identidade nacional; entretanto, ao transformar a mestiçagem em valor positivo, e não negativo sob o aspecto da degenerescência, Freyre formula os contornos de uma identidade nacional que há muito tempo vinha sendo desenhada. Ou seja, ele consolida um mito de origem da sociedade brasileira, baseado na harmonia das três raças, onde, da dupla mistura - biológica e cultural - brota lentamente o mito da democracia racial, ou como afirma Ortiz (1994), "somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreiras, sem preconceito" (p. 41). Veremos mais adiante como esta linha interpretativa do pensamento social brasileiro exerceu uma forte influência no ensino de História no Brasil e na literatura histórica brasileira.

A II guerra mundial mobilizou as ciências sociais a se voltarem para os estudos de relações raciais por conta da forma exacerbada da prática do racismo na Europa nazi-fascista. Contemporaneamente, a partir de 1950, as obras de Gilberto Freyre conquistam notoriedade internacional ao retratar o Brasil sem problemas raciais. Assim, a UNESCO resolve patrocinar um programa de investigação sobre a questão racial no Brasil. Surgem então os estudos de Florestan Fernandes, Luiz A. da Costa Pinto, Oracy Nogueira, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, entre outros.

Esses estudos não apenas geraram um amplo e diversificado estudo do quadro das relações raciais no país, como também contribuíram para o surgimento de novas leituras.

Em São Paulo, por exemplo, a Escola Sociológica sob a liderança de Florestan Fernandes desenvolveu uma significativa linha de trabalho sobre relações raciais.

Florestan Fernandes foi o mais importante crítico das teses de Freyre nos anos 50, preocupou-se com a inserção do negro na sociedade brasileira pós-emancipação e publicou com Roger Bastide, em 1955, "*Branços e negros em São Paulo*". Em 1964 escreveu "*A integração dos negros na sociedade de classes*", sua obra mais completa sobre a temática e que revolucionou a compreensão sobre o racismo, revitalizando o movimento social negro de então.

Florestan Fernandes promoveu uma guinada no pensamento social brasileiro dos anos 60 e a discussão sobre a inserção do negro na sociedade. Moveu-se para a procura de um entendimento acerca das marcas produzidas pela escravidão como causa da situação vivida pela população negra. Em sua análise, a escravidão não foi configurada como suave, como Freyre indicou em suas teses, e os espaços de convivência não foram amenos, mas pautaram-se na violência e no trabalho forçado e, para Florestan, o escravizado escravo teria se constituído numa simples mercadoria.

Porém, as teses de Florestan Fernandes (1978) resultaram numa análise que levaria a lógica de "*coisificação do escravo*" e essa despersonalização traduziria-se como uma característica de patologia social, fruto da deformação do sistema escravista. Sociologicamente, o conceito de *anomia social* pressupõe que o negro não teria controle sobre si mesmo diante da rigidez da estrutura social vigente que o regula e dificultaria que se transformasse em protagonista diante dos conflitos e das contradições da sociedade (FERNANDES, 1978). Isso justificaria a presumida ausência de laços familiares e de vida cultural, que deslocaria as vítimas da escravidão para a desorientação e para alienação.

A tese de Florestan é de uma defesa clara de que os negros precisam, além de emprego, de formação escolar e participação na vida democrática como forma de ascensão social. A sua campanha em defesa da escola pública nos anos 60, virou uma bandeira de luta do movimento organizado, pois já denunciava que a maioria das vagas nas escolas e nas universidades não estavam destinadas aos negros. A sua obra foi, sem dúvida, inaugural e a partir dela muitos estudos foram desenvolvidos sobre a questão da desigualdade e, mais do que isso, serviu para que o movimento negro fizesse um balanço de sua atuação até então e pudesse estabelecer novas ações e reivindicações.

Cabe destacar que nesta fase da História do pensamento social brasileiro, as questões de raça e cultura negra não se limitavam ao racismo. Pereira (2006) caracteriza também este período de reflexão sobre a questão racial, concomitante ao Projeto UNESCO, como aquilo que constituiu "o campo de estudos Afro-Brasileiros". Diríamos, além disso, que se tratava de estudos no campo antropológico e culturalista.<sup>4</sup>

---

4 Segundo Pereira (2006): "frente à falência do darwinismo social, das teorias do racismo científico e, principalmente a partir do impacto do nazismo na Europa (...), encontraram espaço e repercutiam



Dois momentos foram relevantes: os dois Congressos Afro-Brasileiros. O primeiro em 1934, organizado por Gilberto Freyre, e o segundo em 1937, organizado por Edison Carneiro. A partir desses encontros, os estudos acadêmicos privilegiavam aspectos folclóricos, religiosos e das culturas negras caracterizadas como “sobrevivências” ou “heranças africanas”. Nesses estudos tiveram muita influência alguns autores estrangeiros como Donald Pierson, Roger Bastide, Melville Jean Herskovits, entre outros.

Ao final dos anos 1970, vieram à tona alguns estudiosos e produções científicas que se contrapunham às perspectivas culturalistas e à própria Escola Paulista de Sociologia. Neste período vamos encontrar alguns espaços de formação e produção acadêmica em que repercutiam os estudos anteriores do projeto UNESCO, e outros que, de forma difusa e isolada, iniciavam discussões que seriam reconhecidas mais tarde, na década de 1980, como decisivas para o desenvolvimento das discussões e elaborações posteriores. São os casos do Instituto Joaquim Nabuco em Recife, do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, do Centro de Estudos Africanos da USP e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

Segundo Pereira (2006), o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, criado em 1973 pelo professor africanista José Maria Nunes Pereira, se destaca por incorporar pesquisadores negros e relações mais próximas com o movimento negro.<sup>5</sup> Além disso, o contexto político do final dos anos de 1970 até meados dos anos de 1980 é marcado por uma conjuntura específica a nível internacional, caracterizado pelas reflexões sobre a descolonização dos países africanos, pela atuação do governo americano na implementação de ações afirmativas, logo após a “onda” dos movimentos pelos direitos civis na década de 60, e pela crise do Apartheid sul-africano.

Na esteira desse processo, surgem os estudos de Carlos Hasenbalg, no final dos anos de 1970. Estes estudos apresentaram pesquisas que afirmavam que a discriminação racial no Brasil é resultado direto das desigualdades entre brancos e não brancos, assim como resulta da ordem das desigualdades capitalista e não se resume a uma simples herança do período da escravidão.

A partir do livro de Hasenbalg (1979) “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, a argumentação central era de que a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismos de exploração do povo negro, alijando-o de bens materiais e simbólicos. Hasenbalg afirma que os negros foram, ao longo do tempo, explorados economicamente e que esta exploração foi praticada por classes ou frações de classes dominantes brancas.

---

entre nós as teorias que questionavam a existência de diferenças biológicas entre os seres humanos, concebendo diferenças percebidas como culturais” (p. 135).

<sup>5</sup> Pereira (2006) informa que neste espaço de reflexão emergiram pesquisadores como Joel Rufino dos Santos, Jaques d’Adesky, Manolo Florentino e Carlos Hasenbalg. As aproximações com o Movimento Negro se desenvolviam em função das parcerias com Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento, ambas intelectuais e militantes do movimento negro.

Para ele, a abertura da estrutura social em direção à mobilidade está diretamente ligada à cor da pele e, nesse âmbito, a raça constitui um critério seletivo no acesso à educação e ao trabalho, por exemplo. Com base em dados do PNAD de 1976, o autor mostra que, ao longo de um ciclo de vida econômica, os não brancos sofrem desvantagens geradas por atitudes discriminatórias.

Os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva (1979 e 1988) trouxeram à luz argumentações fundamentais para a luta contra o racismo na sociedade brasileira. Esses estudos, publicados a partir do final da década de 1970, representaram uma virada epistemológica na produção de conhecimento sobre as relações raciais no Brasil, já que, como afirma Guimarães (2003):

Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1980) simplesmente analisam os dados agregados, produzidos pelo IBGE, e demonstram que as desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros, ou seja, entre aqueles que se definem como brancos e como pretos e pardos (negros, na definição do ativismo negro), não podem ser explicadas nem pela herança do passado escravagista, nem podem ser explicadas pela pertença de negros e brancos a classes sociais distintas, mas que tais desigualdades resultam inequivocamente de diferenças de oportunidades de vida e de formas de tratamento peculiares a esses grupos raciais (p. 103).

Nos anos seguintes, mas principalmente na década de 1990 e início do novo milênio, presenciamos vários estudos e sondagens estatísticas semelhantes como Turra e Venturi (1995), Paixão e Santana (1997), Henriques (2001), Paixão e Carvano (2008), Santos e Silva (2005), Ribeiro (2006) e Theodoro (2008). Todos esses estudos, acadêmicos e chancelados pelo Estado brasileiro, passando pela reflexão sobre desigualdades sociais e raça, fundamentados em pesquisas estatísticas e análises de censos demográficos, além das análises sobre os índices de desenvolvimento humano (IDH), tendem a confirmar que as discriminações raciais no Brasil, sob vários aspectos, são condicionantes da estratificação social e exclusão dos negros brasileiros durante toda a História do desenvolvimento econômico e social do país.

Para Pereira (2006), as pesquisas de Hasenbalg radicalizaram a crítica ao mito da democracia racial, por enfatizarem a existência de um racismo estrutural, gerando o que ele denomina de “ruptura intelectual com as correntes majoritárias das ciências sociais” (p. 159). Estas novas formulações, de certa forma, interferiram nos debates contemporâneos, tanto acadêmicos quanto governamentais, a partir de alguns fatos ocorridos na década de 1990.

Uma iniciativa de repercussão nacional, foi a realização do Seminário Internacional “Estratégias e Políticas de Combate às Práticas Discriminatórias”, em novembro de 1995, na USP, que tinha como finalidade a abertura de um diálogo em torno de políticas públicas antirracistas (MUNANGA, 1996).

Em 1996, o Estado brasileiro reconheceu publicamente a existência do racismo na sociedade brasileira. As declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso,

viabilizando a modificação e a divulgação do Plano Nacional de Direitos Humanos, possibilitaram uma mudança nas formulações e representações sociais sobre as relações raciais no Brasil. Uma dessas foi a introdução do termo “multirracial” para definir a população do país em substituição, em textos governamentais, a noção de “mistura racial”. Segundo Machado (2007), esse debate adquire notoriedade a partir de um seminário internacional sobre “Multiculturalismo e Racismo e o papel da Ação Afirmativa nos Estados Modernos e Democráticos”, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça em 1996.<sup>6</sup>

Desde a realização destes seminários e com a publicação de diversos estudos e pesquisas, a questão das relações raciais vem tomando dimensões acadêmicas inéditas, aprofundando polêmicas no campo educacional e produzindo cisões agudas no debate acadêmico atual. Entretanto cabe uma consideração importante acerca destes diferentes enfoques ao longo da História republicana.

Nas diversas concepções sobre as relações raciais surgidas ao longo do século XX, percebe-se que há uma forte relação com as movimentações das elites brasileiras e dos movimentos sociais. Ao seu tempo, com suas próprias limitações históricas, algumas concepções se afirmaram e outras abriram uma alternativa de interpretação da realidade brasileira. Não há dúvida de que os trabalhos de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg abriram uma ruptura epistemológica relevante para as atuais reflexões políticas e educacionais do século XXI. Entretanto, a racialização e a ideologia do branqueamento não deixaram de existir em função das concepções formuladas a partir das décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, o mito da democracia racial, enquanto categoria de análise das relações raciais brasileiras, ainda é forte, mas está perdendo sua força nos últimos anos 20 anos. A novidade que se apresenta neste cenário de reflexão é a capacidade dos movimentos sociais negros de interferirem neste debate (PEREIRA, 2006). E neste sentido, a conjuntura histórica da década de 1970 foi decisiva, pois apontou uma perspectiva de novos sujeitos no cenário de produção de conhecimentos e reconceitualizações. Ou seja, sujeitos que, na perspectiva da colonialidade, abriram a possibilidade de pensar a partir de experiências subalternas aquilo que as elites republicanas e sua intelectualidade tentaram impor, ou seja, um projeto de nação perpetrado por uma geopolítica do conhecimento.

### Referências bibliográficas

AZEVEDO, Célia M. Marinho. Onda negra, medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Anablume, 2004.

---

<sup>6</sup> Este seminário teve como motivação a iniciativa do governo de focalizar a questão racial no Brasil. No evento, o Presidente Fernando Henrique Cardoso problematizou algumas questões práticas e teóricas que possibilitaram a adoção de políticas públicas e a ampliação de debates muito além dos círculos universitários e políticos (Souza, 1997).

- CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORREA, Marisa. Ilusões da liberdade. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Schimidt-Editor, 1971.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p.39-62.
- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, nº. 1, 2003, p. 93-107.
- HASENBALG, Carlos Augusto. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. e SILVA, Nelson do Vale. Estrutura social, mobilidade e raça. São Paulo: Vértice / Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 1990. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- LUZ, Marco Aurélio. Agadá. Dinâmica da Civilização africano-brasileira. Salvador: SECNEB, 1995.
- MACHADO, Elielma Ayres. Pensamento social brasileiro: algumas notas. In: GONÇALVES, Maria Alice Rezende. (Org.). Educação, cultura e literatura afro-brasileira. Rio de Janeiro: Quartet, 2007, p. 129-155.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. e GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.
- MIGNOLO, Walter. Histórias Globais projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIXÃO, Marcelo e CARVANO, Luiz Marcelo. (Orgs.). Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

- \_\_\_\_\_. e SANTANA, Wânia. Desenvolvimento humano e população Afro-descendente no Brasil: uma questão de raça. In: Proposta. n.º. 73, 1997, p. 20-37.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Para além do racismo e do anti-racismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. PPCIS/UERJ, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. (Org.). Los conquistadores. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.
- \_\_\_\_\_. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 201-246.
- RIBEIRO, Carlos A. Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. In: Dados Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: v. 49, n.º. 4, 2006, p. 833-873.
- SANTOS, Gevanilda Gomes e SILVA, Maria Palmira da. (Orgs.). Racismo no Brasil. Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: APARECIDA, Maria e SALGUEIRO, Andrade. (Orgs.). A República e a questão do Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2005, p.27-46.
- SKIDMORE, Thomas. E. Preto, no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- SOUZA, Jessé de. (Org.). Multiculturalismo e Racismo. Uma comparação Brasil - Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- THEODORO, Mário. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. (Orgs.). Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática/Folha de São Paulo/Data Folha, 1995.
- VAINER, Carlos B. Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias. In: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA. Rio de Janeiro: n.º. 18, 1990, p. 103-118.
- ZARUR, George C. L. A ideia de Brasil: Etnia e construção da nação no pensamento social brasileiro. In: ZARUR, George C. L. (Org.). Etnia e nação na América Latina. Washington: OEA, 1996, p. 151-169.